TEXTO PARA DISCUSSÃO

1839

Rio de Janeiro, junho de 2013

SUMÁRIO EXECUTIVO

# DIMENSÕES DO ACESSO A MEDICAMENTOS NO BRASIL: PERFIL E DESIGUALDADES DOS GASTOS DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO AS PESQUISAS DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2002-2003 E 2008-2009*

**Leila Posenato Garcia**
Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diset/Ipea.

**Luís Carlos Garcia de Magalhães**
Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diset/Ipea, cedido à Câmara dos Deputados.

**Ana Cláudia Sant'Anna**
Assistente de pesquisa do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD)/Ipea.

**Lúcia Rolim Santana de Freitas**
Estatística na Diset/Ipea.

**Adriana Pacheco Aurea**
Consultora do Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento (DESID) do Ministério da Saúde (MS)

## 1 Contexto

Os gastos com medicamentos oneram importante parcela dos orçamentos familiares e governamentais. Estudo realizado com dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2002-2003 e 2008-2009, descreveu os gastos das famílias brasileiras com medicamentos e analisou as desigualdades socioeconômicas nesses gastos.

## 2 Principais achados

- O gasto com medicamentos é o principal componente do gasto com saúde das famílias brasileiras, correspondendo a 43% na POF 2002-2003 e 41% na POF 2008-2009.
- Cerca de três quartos das famílias (75% na POF 2002-2003 e 77% na POF 2008-2009) tiveram registro de gasto com medicamentos durante o período de referência.
- O gasto médio mensal com medicamentos para o total das famílias elevou-se de R$ 53,54 na POF 2002-2003 para R$ 59,02 na POF 2008-2009 (em valores de janeiro de 2009), equivalente a uma variação de +10%.
- Em valores absolutos, o gasto com medicamentos é mais elevado entre as famílias de maior renda. Segundo a POF 2008-2009, as famílias pertencentes ao último décimo de renda (10% mais ricos) tiveram um gasto médio mensal com medicamentos equivalente a 6,5 vezes àquele das famílias pertencentes ao primeiro décimo (10% mais pobres). Ao se considerar o gasto *per capita*, essa razão atingiu treze vezes.
- Em termos relativos, o gasto com medicamentos tem maior peso para as famílias de menor renda. Considerando as famílias que tiveram gasto com medicamentos, aquelas pertencentes ao primeiro décimo comprometeram 8,5% de sua renda na compra desses produtos, enquanto as do último décimo comprometeram menos de 2%, na POF 2008-2009. É importante destacar que houve redução no peso do gasto com medicamentos para as famílias de menor renda, em comparação com a POF 2002-2003 (11%).
- Durante o período de referência da POF 2008-2009, quase a metade das famílias brasileiras (42%) teve gastos com analgésicos e aproximadamente 16% das famílias tiveram gastos com anti-inflamatórios e com antigripais.

*Os autores agradecem a Matheus Stivali, técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelo auxílio na compilação das bases de dados, a Luciana Mendes Santos Servo, técnica de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea e Aguinaldo Nogueira Maciente, técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset)/Ipea pelos comentários e sugestões à versão final do texto.

- Houve aumento das proporções de famílias que tiveram gastos com analgésicos, antigripais, medicamentos para colesterol e problemas do coração; e redução das proporções de famílias que tiveram gastos com anti-infecciosos e anti-inflamatórios.
- O valor do gasto com medicamentos é maior entre as famílias com percepções mais positivas sobre suas condições de vida. Todavia, o peso desse gasto sobre a renda é maior para as famílias com condições de vida difíceis.

**3 Implicações para políticas**

- Apesar do importante papel dos programas de assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde (SUS) na oferta de medicamentos, a desigualdade que marca a sociedade brasileira ainda se manifesta no acesso a esses bens. Quanto maior a renda das famílias, mais elevado é seu gasto com medicamentos. No entanto, são as famílias com menor renda e aquelas com piores condições de vida que comprometem, proporcionalmente, a maior parte de sua renda com esses gastos. Existe um grande potencial para que as políticas públicas na área tenham um importante impacto redistributivo, o que reforça a relevância dos programas de assistência farmacêutica do SUS.
- É possível que os programas de assistência farmacêutica do SUS tenham contribuído para a estabilidade nas proporções de famílias que tiveram gastos com medicamentos para hipertensão, anticoncepcionais e para diabetes. Todavia, não é possível saber qual estratégia contribuiu mais para isso, se a compra pública ou o subsídio ao preço. Acredita-se que o efeito do Programa Farmácia Popular tenha sido reduzido, uma vez que sua oferta ainda era limitada no momento da realização da última POF.
- A categoria de medicamento comprado por maior proporção de famílias é a dos analgésicos. Estes medicamentos são vendidos sem necessidade de prescrição, o que indica a necessidade de se intensificar os esforços de promoção de seu uso racional.
- Os tipos de medicamentos que representam maior gasto para as famílias brasileiras devem ser considerados na elaboração da política industrial do setor farmacêutico.